

Energia Alerta

A energia do Brasil está em nossas mãos

www.urbanitariosdf.org.br

O Jornal do Sindicato

Filiado à CUT e FNU



Sindicato dos Urbanitários no Distrito Federal - Julho de 2016 - Ano 5 - Nº 36

CAMPANHA SALARIAL

Após forte pressão do Coletivo Nacional dos Eletricitários, direção da Eletrobras apresenta proposta ao ACT 2016/2018. No entanto, parte da categoria rejeitou o termo apresentado.

Os trabalhadores e trabalhadoras das empresas Cepel, Chesf, Eletrobras, Eletronuclear e Furnas vão aguardar decisão do Tribunal Superior do Trabalho, até lá o movimento grevista por tempo indeterminado está suspenso.

Para dirigente sindical, a postura intransigente da direção da empresa durante o processo de negociação foi um dos motivos que levou a categoria à rejeição da proposta consolidada em mesa. "P.4"



Entrevista

A comunicação pública no Brasil está em perigo porque a democracia também está. É o que avalia o jornalista Carlos Alberto Almeida, presidente da TV Comunitária de Brasília e membro do Diretório da Telesur. Para ele, Temer pode acabar com a EBC, mesmo contrariando a Constituição. "P.3"



Privatização

Temer quer governar o Brasil, se deixar de ser interino, privatizando "tudo que for possível". Ele já editou MP que facilita a venda de empresas e empreendimentos públicos.

Especialistas avaliam que MP 727 trará grandes prejuízos ambientais e econômicos para o Brasil, uma vez que a medida desmonta o Estado Brasileiro.

Só no sistema Eletrobras, Temer pretende vender 174 Sociedades de Propósito Específico (SPE), entre elas Belo Monte, a maior obra em construção no Brasil. "P.5"

PÚBLICO É DE TODOS

PRIVADO É SÓ DE ALGUNS

TRANSPARÊNCIA

P.4

Extinção da CGU diminui combate à corrupção no País.

VISÃO DO STIU-DF

P.6

Medidas neoliberais colocam em risco direitos da população.

PLANO DE SAÚDE

P.7

Categoria na CEB conquistada plano único aos empregados ativos.

CULTURA

P.8

Artistas ocupam a Funaarte contra retrocessos no setor.

PALAVRA DO DIRETOR

Temos que reagir



David Oliveira

Sem sombra de dúvidas, a atual conjuntura política e econômica é a pior dos últimos 14 anos. A perspectiva no governo Dilma, que já não era das melhores, ficou dramaticamente ruim no governo interino de Michel Temer.

Nas campanhas salariais de anos anteriores, brigávamos por ganho real e avanços no ACT. Agora, nem a reposição da inflação é oferecida. A Participação nos Lucros e Resultados (PLR), um direito conquistado a partir dos resultados atingidos, tem sido alvo de barganha para prejudicar a categoria.

No governo Dilma, se falava

em vender sete distribuidoras de energia da Eletrobras. Agora, Temer quer privatizar “tudo que for possível”, incluindo empresas de geração e transmissão, que são as mais rentáveis do setor elétrico. Com esse aceno, o empresariado brasileiro e estrangeiro está batendo palmas e rindo à toa. E nós, trabalhadores? Como ficamos? Nessa perspectiva de privatização total, certamente ficaremos com as demissões, arrocho salarial, flexibilização de direitos e perda de benefícios. Não podemos aceitar isso, precisamos reagir.

“Temos que mostrar a essa turma de privatizadores e achacadores que eles não podem brincar com aquilo que é nosso de direito.”

E para piorar, o governo interino anuncia uma reforma da previdência altamente prejudi-

cial para a classe trabalhadora. A proposta propalada por Temer e seus ministros interinos é de idade mínima de 70 anos para poder se aposentar. Além disso, também estão sendo propostas mudanças muito ruins na previdência complementar, com o fim da paridade nos conselhos Deliberativo e Fiscal dos fundos de pensão. Mais uma vez é o nosso futuro que está em jogo.

Também querem retirar direitos trabalhistas históricas previstos desde 1943, na CLT. Você conseguiria se imaginar sem horário de almoço, férias, 13º e muitos outros direitos? Eu não. Isso era algo inimaginável a bem poucos meses atrás.

Os trabalhadores e trabalhadoras do campo e das cidades precisam se mobilizar, pois são os nossos direitos e o nosso futuro que estão em jogo. É com luta e grandes mobilizações e paralisações que vamos responder. Se preciso for, greve geral. Mas temos que mostrar a essa turma de privatizadores e achacadores que eles não podem brincar com aquilo que é nosso de direito.

Boa leitura!

MANDOU BEM



Lorrayne Isidoro representará o Brasil na Dinamarca na 16ª Olimpíada Internacional de Neurociências. Ela conquistou a única vaga para brasileiros. Moradora da favela da Camarista Méier, em São Paulo, a estudante é filha de ambulante e professora. Por falta de condições financeiras, recorreu à campanha na internet para custear a viagem. O governo federal não deu nenhuma ajuda e a Polícia Federal só foi entregar o passaporte um dia antes da viagem.

MANDOU MAL



O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga, criou polêmica ao dizer que na França foi autorizada uma carga horária de até 80 horas semanais. Ele usou o exemplo para defender as mudanças na jornada de trabalho no Brasil. Disse ainda que o País passará por mudanças duras na previdência social e nas leis trabalhistas. Essas declarações foram feitas em uma reunião com o presidente interino Michel Temer e empresários.

Setor elétrico na mídia

Privatização

Os acionistas da Eletrobras rejeitaram no dia 22 de julho, por maioria, a proposta de prorrogar a concessão das distribuidoras de energia. Além disso, com 75% dos votos, aprovaram a transferência do controle acionário dessas empresas até 31 de dezembro de 2017. (Valor, 22/07/2016)

Subsídios

O governo federal estuda tirar da Eletrobras a gestão da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), um fundo formado por um encargo cobrado nas contas de luz que banca diversos subsídios no setor elétrico. A ideia no momento é passar essa atribuição para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), disseram as fontes, sob a condição de anonimato. (UOL, 17/06/2016)

Estatais

Divulgado como solução para supostos problemas de gestão e de transparência nas companhias estatais, o novo estatuto jurídico das empresas públicas permite que concessionárias de serviços públicos sejam contratadas sem licitação. O texto foi aprovado pelo Senado (21/6) e enviado à sanção presidencial (22/6). (Consultor Jurídico, 23/06/2016)

Terceirização

O ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, foi aplaudido por empresários e executivos em evento em São Paulo ao falar sobre terceirização do trabalho em uma eventual reforma trabalhista. Ele agradeceu a plateia de representantes do setor privado ao afirmar que o país precisa modernizar o processo produtivo, além de “caminhar no rumo da terceirização”. (Folha de SP, 16/06/2016)

CURTAS

Os movimentos do governo interino sobre a política a ser adotada para o setor elétrico brasileiro, com a privatização de gigantes estatais como a Eletrobras, têm gerado otimismo no empresariado.

Enquanto os investidores se animam com a possibilidade de uma série de privatizações em energia que poderiam atingir proporções não vistas desde os anos 90, as federações sindicais prometem resistir como puderem, realizando grandes greves.

Aposentado aos 55 anos como procurador do estado de São Paulo, Temer teve salário bruto de R\$ 30.613,24, em maio de 2016. Agora, o presidente interino quer enviar proposta de reforma da Previdência com idade mínima de 70 anos para se aposentar.



O programa é exibido todo dia na TV Comunitária de Brasília, no canal 12 da NET. Você também pode ver em nosso canal no YouTube.

EXPEDIENTE

STIU - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Distrito Federal

Sede: SCS - Quadra 6 - Bloco A - Edifício Arnaldo Vilares - 7º andar - CEP: 70324-900

Jornalista Responsável: Henrique Teixeira

Equipe: Roberta Quintino, Vera Fogaça e André Bonifácio.

Fotos: Assessoria de Comunicação do STIU-DF

Arte de Capa: Eduardo Pinto

Editores: Vera Fogaça e Vera Fogaça.

Tiragem: 3.500 exemplares

Contato: comunicacao@stiu.org.br

(61)3226-7036

(61)3226-5752

sindicato
@urbanitariosdf.org.br



SINDICALIZE-SE

Filie-se ao nosso Sindicato e fortaleça a nossa luta.

Diretoria Colegiada: Alairton Gomes de Farias, Aline Rodrigues de Oliveira, André Luis dos Santos, Arthur Emílio Oliveira Caetano, Carlos Roberto Carvalho Campos, Carlos Yassuo Sudo, Cleiton Moreira de Faria, David Gomes de Oliveira Santos, Edgar Mendes Oliveira, Edy Carlos Dalóco, Elve Lucas Barbosa Cubas, Elvídio Cândido de Sousa Filho, Ernane Lima Alencar, Fabiola Latino Antezana, Flávio Henrique Gadben Figueirôa, Francisco de Assis Moura dos Santos, Germiniano Lustosa Neto, Givaldo Romão da Silva, Hadiel Costa Miranda, Íkaro Chaves Barreto de Sousa, Josafá Oliveira Guimarães, José Daldegan Júnior, José Edmilson da Silva, Maria Luísa Nunes da Cunha, Maria Teresa Cortes Bona, Marizete das Dores Sousa, Roberto Lucena, Sidney Lucena Araújo, Victor Frota da Silva, Wandyr de Oliveira Ferreira.

Conselho Fiscal: Antônio Maria Claret Pires, Cleriston Machado Meira, Fernando Luiz Pereira Kamiguchi, Jaime Soares da Luz, Pascoal Pereira Andrade e Rivaldo Gomes de Alcantara.

SEJA AMIGO(A) DO SINDICATO NAS REDES SOCIAIS



<http://twitter.com/urbanitariosdf>



<http://www.facebook.com/sindicato.urbanitarios>

ENTREVISTA

DEMOCRACIA: Não é só a comunicação pública que está ameaçada, a democracia também.

A mídia empresarial protege os poderosos

Assim como a democracia, a comunicação pública também está em risco, avalia o jornalista Carlos Alberto Almeida, que é membro do Diretório da Telesur e presidente da TV Comunitária de Brasília. Jornalista formado pela UnB e com mais de 40 anos de profissão, Carlos falou sobre os retrocessos no governo interino de Michel Temer, dos erros e acertos da EBC e da influência nociva do poder econômico e da mídia empresarial no sistema de comunicação no Brasil.

Diferentemente de outros países, onde a comunicação pública deu origem as TVs, no Brasil foram as empresas privadas que começaram, na década de 50, as primeiras veiculações na televisão. De lá para cá, a influência do modelo privado norte americano é marcante. Com uma diferença básica e muito importante, nos EUA, como em outros países, a propriedade cruzada não é permitida. Ou seja, uma mesma empresa não pode ser dona de emissora de rádio, de TV ou jornal na mesma cidade. O objetivo disso é evitar o monopólio da informação.

Esse disparate só acontece no Brasil porque os congressistas nunca regulamentaram o capítulo da Constituição de 88 que trata da comunicação. Desde então, a mídia empresarial brasileira e o sistema financeiro vêm exercendo grande pressão para que o modelo vigente continue como está. E qualquer proposta de regulamentação da mídia é tratada como censura.

Formado em Jornalismo pela UnB e exercendo a profissão há mais de 40 anos, Carlos Alberto Almeida, que é membro do Diretório da Telesur e presidente da TV Comunitária de Brasília, avalia que a mídia privada no Brasil sempre foi contra a instituição dos modelos públicos de comunicação para manter seus próprios interesses. “Os barões da mídia exigem que não haja nada que esteja fora do controle da ditadura do mercado sobre a mídia”.



Jornalista Carlos Alberto Almeida

1 Inglaterra, Espanha, Portugal, Itália, França, Alemanha, EUA, Canadá e Japão têm bons casos de TVs públicas. Na Europa, as TVs comerciais só surgiram depois, mas no Brasil as emissoras privadas vieram primeiro. Por que aqui foi diferente?

Carlos – No Brasil, a influência do modelo de comunicação dos EUA, com predominância de veículos comerciais, se manifestou desde o início da TV. A TV brasileira selou sua desgraça com Chateaubriand, levando a uma TV contra os interesses nacionais, contra o nascimento da Petrobrás e a crise que levou Vargas à morte. Em vários países capitalistas imperiais, suas TVs públicas defendem os interesses do império. A BBC de Londres é muito criticada por proteger os interesses sionistas e atacar os palestinos. A TV Pública francesa defende a intervenção militar da França na Líbia, na Síria, no Iraque e no Mali. Não são imparciais ou democráticas como se propala. São veículos que sustentam os interesses estratégicos dos países imperialistas.

2 Nos EUA e em outros países, a propriedade

cruzada de meios de comunicação é proibida. Ou seja, uma mesma empresa não pode ser proprietária de jornais, emissora de rádio ou TV na mesma cidade. Por que no Brasil isso é permitido?

Carlos - Porque a Constituição no Brasil não possui vigência plena, nunca foi regulamentada em seus termos essenciais na comunicação. Foi promulgada sob forte influência dos poderes midiático, financeiro e oligárquico. O artigo 166 da Constituição sacraliza o pagamento, em quaisquer condições, dos serviços da dívida aos banqueiros, mas permite que recursos com merenda escolar e saúde sejam cortados. A denúncia do ex-presidente do STF, Nelson Jobim, de que artigos da Constituição contrabandeados e promulgados sem aprovação do voto dos constituintes, jamais foi investigada pela mídia. É um silêncio que protege uma ilegalidade.

3 As TVs comerciais, em geral, se pautam pela lógica do mercado, com a verba de publicidade financiando as emissoras. Nas TVs públicas isso é diferente. Por isso elas cumprem um papel fundamental na diversificação de fontes para a informação, bem como na pluralidade de

programação cultural e científica, não é mesmo?

Carlos – A EBC deveria ter aproveitado melhor esta condição e ter ousado mais para fazer um jornalismo questionador daqueles padrões convencionais controlado pela ditadura do mercado. Muitos especialistas apontaram uma palidez e uma timidez marcantes no jornalismo da TV Brasil, seguindo os padrões do telejornalismo privado, o que só teve um momento de alteração nas semanas que antecederam o afastamento de Dilma Rousseff. Ao ouvir críticas à similaridade do jornalismo da EBC aos da mídia comercial, Helena Chagas, que foi diretora da EBC e ministra da Secom, disse: “O que é que tem?”. As forças democráticas perderam grande oportunidade de fazer um jornalismo diferente, corajoso, com outros padrões. A cobertura internacional da TV Brasil era crítica ao Mercosul, à Unasul, à Celac, a Cuba e sintonizava com a linha editorial da grande mídia internacional contra a Líbia, a Síria, o Iraque, defendendo posições editorialmente favoráveis aos países imperiais.

4 O presidente interino, Michel Temer, quer promover mudanças na EBC.

Chegou a exonerar o presidente, Ricardo Melo, que tem mandato, mas acabou retornando ao cargo por força de liminar. Isso pode ser interpretado como uma forma do governo influenciar indevidamente no conteúdo da emissora?

Carlos - Na verdade, Temer está cumprindo uma exigência da mídia privada que jamais aceitou a Radiobrás e sua transformação em EBC. Os barões da mídia exigem que não haja nada que esteja fora do controle da ditadura do mercado sobre a mídia. Como Temer golpeou a própria presidenta eleita, não surpreende que tente violentar as normas da EBC e, pior ainda,

que planeja a sua extinção, afrontando a Constituição, embora se declare um constitucionista.

5 Temer pretende ainda acabar com o Conselho Curador da EBC. O órgão é responsável por zelar pela autonomia da empresa, para que não ocorram interferências indevidas do governo nem do mercado na programação. Sem esse conselho, é possível dizer que é o fim da comunicação pública?

Carlos – É democrático que a EBC tenha um conselho curador. Mas não vamos esquecer que quando o jornalismo da EBC começou a mostrar uma certa diferença em relação à cobertura da mídia privada golpista, integrantes deste próprio Conselho chegaram a se opor dizendo que a TV Brasil não podia se transformar em TV Dilma. Ou seja, sequer poderia denunciar o golpe, denúncia que toda a mídia mundial fez. Portanto, não basta ter um Conselho para garantir uma comunicação realmente diferente, cidadã. Havia setores na EBC que sempre impediram uma maior colaboração entre a TV Brasil e a Telesur, só para dar um exemplo. O Conselho se omitiu.

6 Você avalia que a TV pública no Brasil está em xeque?

Carlos – A democracia está em xeque no Brasil. Assim como a CLT, a Petrobrás, o BNDES e a Previdência. A Voz do Brasil, uma experiência real e bem sucedida de regulamentação informativa, também está em risco porque os oligarcas da mídia na Abert querem banir toda e qualquer modalidade comunicativa que não seja controlada por eles. Também são contra a TV Senado, TV Câmara, as TVs comunitárias e universitárias. Qualquer emissora pública está sob ameaça no Brasil hoje, porque a própria democracia está sendo violentada.

CAMPANHA SALARIAL

ESTATAIS: Eletricitários enfrentam ameaça de privatização das empresas

Proposta da Eletrobras divide categoria

Após pressão do CNE, direção da empresa apresenta proposta ao ACT. No entanto, parte da categoria rejeitou o termo proposto. Para dirigente sindical do STIU-DF, além da dificuldade em avançar no processo negocial do acordo, a categoria enfrenta também a ameaça de privatização das empresas do setor elétrico.

Quatro rodadas de negociações, paralisação das atividades por 48 horas e outra por 72 horas, greve por tempo indeterminado e audiência de conciliação. Esse é o enredo dos dois meses do processo negocial referente ao Acordo Coletivo de Trabalho da categoria eletricitária do Sistema Eletrobras.

Nesse período, a empresa se mostrou intransigente e despreparada ao negociar a pauta de reivindicações dos trabalhadores, por várias vezes as reuniões para discussão do ACT foram desmarcadas de forma arbitrária pela Holding.

Após insistir na continuidade da negociação, o CNE conseguiu avançar na proposta. Assim, a Eletrobras propôs manter todas as cláusulas do ACT, com vigência de 24 meses. De acordo com



a proposta, o pagamento da inflação acumulada no período de 1º/05/15 a 30/04/16, será dividido em duas parcelas, aplicação de 5% sobre o salário retroativo a 1º de maio e reajuste de 4,28% aplicado na folha de novembro. Além de dois talões de tíquetes e o não desconto dos dias parados. Para o próximo ano, está garantido o reajuste pelo IPCA pleno, mais um talão de tíquete alimentação.

Após apresentação formal da proposta, a categoria das 16 empresas controladas pela Eletrobras apreciaram o termo. No entanto, os eletricitários da Cepel, Chesf, Eletrobras, Eletronuclear

e Furnas decidiram pela rejeição da proposta e aprovaram a continuidade da greve por tempo indeterminado.

Assim, a direção da Holding instaurou dissídio coletivo de greve no Tribunal Superior do Trabalho (TST). Na terça-feira, dia 26, o CNE participou de audiência de conciliação, onde apresentou diversas alternativas para o fechamento de um acordo.

Porém, sem avanços com a discussão, o vice-presidente do TST, ministro Emmanoel Pereira, propôs que a empresa fizesse a reposição da perda de massa salarial no mês de maio do próximo ano.

Diante da negativa da direção da Eletrobras, o ministro apresentou nova proposta: reajuste de 5% retroativo à maio e reajuste de 4,28% em agosto, sem retroatividade, com a manutenção das demais condições.

O representante da empresa, Alexandre Aniz, disse não ter condições de se manifestar no momento sobre a proposição do TST, considerando a necessidade de estudos sobre impactos financeiros, bem como aprovação pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest).

Ainda sobre a proposta do ministro, foi determinada a suspensão da greve em todas as bases, além do compromisso da empresa a não descontar, até o fim das negociações, os dias parados. A próxima audiência será no dia 22 de agosto.

Para Victor Frota, dirigente do STIU-DF, a postura intransigente da empresa durante o processo de negociação foi um dos motivos a levar a categoria à rejeição da proposta consolidada em mesa. "As negociações, nos últimos dois anos têm sido extremamente difíceis. A Eletrobras vem apostando na judicialização

à discussão em mesa com os representantes dos trabalhadores", avalia Frota.

Ele ressalta ainda que diante da conjuntura para o setor elétrico, além da dificuldade em avançar nas cláusulas do ACT, os trabalhadores do setor estão assistindo o desmonte das empresas estatais. "Com o discurso do reequilíbrio financeiro das empresas controladas pela Eletrobras, a direção da Holding, com o aval do governo interino, tem pautado a venda da distribuidoras de energia. Considerando o papel estratégico que o setor representa para o País, é um retrocesso entregar as estatais ao capital privado", enfatiza o dirigente.

A Eletrobras decidiu no dia 22 de julho, durante a Assembleia Geral Extraordinária não renovar as concessões das seis distribuidoras federalizadas dos estados do Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Alagoas e Piauí, e vender o controle societário das empresas. A Companhia Energética do Goiás, a CELG, na mira da privatização desde o ano passado, está com o leilão para venda dos ativos marcado para o dia 19 de agosto.

PROJETO: Governo interino retira regime de urgência de pacote anticorrupção

Extinção da CGU diminui controle e combate à corrupção no País

A primeira medida do presidente interino, Michel Temer, excluiu a CGU da Presidência da República passando a integrar o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle. Dirigentes sindicais avaliam a extinção da CGU como retrocesso ao enfrentamento à corrupção.

A Controladoria-Geral da União, criada em 2001, foi extinta a partir da Medida Provisória 726/2016. A decisão, tomada pelo presidente interino Michel Temer em seu primeiro dia no Palácio do Planalto, tem causado indignação entre os servidores e órgãos internacionais de transparência e combate à corrupção.

Com a medida, a CGU deixou de ser parte da Presidência da República e passou a integrar o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle.

Para o presidente do Sindicato Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle (Unacon Sindical), Rudinei Marques, a in-



corporação não se trata de uma mera reorganização administrativa. "A medida, ao tornar a Controladoria mais uma pasta, reduziu a autonomia de fiscalização do órgão. Fica evidente a falta de comprometimento desse governo no âmbito da transparência e do combate à corrupção", avalia Marques.

Ele destaca ainda que a CGU estava consolidada internacionalmente como instrumento fiscalizador do governo federal. "Entidades como a Organização das Nações Unidas e a Transparência Internacional criticaram a extin-

ção da CGU, bem como, a perda de identidade e o enfraquecimento à transparência governamental", disse o presidente da Unacon.

A ONU lançou, em junho, comunicado onde apontava como passos negativos a conversão da CGU em Ministério. Já a Transparência Internacional fez duras críticas quanto à indicação de Fabiano Silveira para a gestão do Ministério, que posteriormente se demitiu da pasta depois de divulgadas conversas em que ele criticava a Operação Lava Jato e dava orientações para o presidente do Senado, Renan Calheiros sobre a

defesa no esquema de desvios de recursos na Petrobras.

Atualmente, está à frente do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle Torquato Jardim. Ao se apresentar para os servidores do órgão, o novo ministro declarou que "aqueles que não tenham identificação ideológica com o governo interino Temer deveriam ter a dignidade de pedir sua exoneração do cargo."

De acordo com Rudinei Marques o atual ministro não possui nenhuma afinidade ou ligação com a área do controle e fiscalização. Ele ressalta que o único interesse de Jardim, até agora, é sobre os acordos de leniência. "Não há, por parte do Ministro, nenhum projeto de fortalecimento e aprimoramento para a instituição", destacou Marques.

O dirigente sindical do STIU-DF, Arthur Caetano, ressalta que o governo interino não tem nenhum compromisso com o combate à corrupção. "Recentemente

foi retirado o regime de urgência dos três projetos anticorrupção apresentados, ano passado, por Dilma Rousseff. Essa decisão aliada à extinção da CGU aponta para o acobertamento das investigações em curso", disse.

Além da extinção da CGU, a MP 726 reduziu de 32 para 24 o número de pastas na Esplanada dos Ministérios. Com a medida, Temer extinguiu a Secretaria de Portos da Presidência da República, a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, a Controladoria-Geral da União, o Ministério da Cultura, Ministério das Comunicações, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos e a Casa Militar da Presidência República. No entanto, após várias manifestações de artistas e produtores culturais a decisão sobre o Minc foi revogada.

PRIVATIZAÇÕES

SETOR ELÉTRICO: Governo pretende privatizar 174 SPEs da Eletrobras.

Belo Monte está na mira de MP com as privatizações de Temer

Especialistas avaliam que medida trará sérios prejuízos econômicos e ambientais para o Brasil nos próximos anos. Além de desmontar a Eletrobras e o Estado brasileiro, MP dá a Temer poderes quase absolutos para conseguir licenças necessárias para construir empreendimentos em quaisquer áreas, inclusive proibidas.

“Privatizar tudo que for possível”. Este é o principal objetivo do governo interino de Michel Temer. Logo no primeiro dia em que assumiu o cargo, Temer editou a Medida Provisória (MP) 727/16 – que tem força de Lei – e abre caminho para retirar direitos sociais dos trabalhadores e trabalhadoras, ignora condicionantes ambientais e muda todo o sistema que vigorou no País nos últimos anos para vender as principais empresas públicas e instituições financeiras da União e dos estados.

A MP 727 cria o Programa de Parcerias e Investimentos (PPI) entre a iniciativa privada e o Estado em contratos de concessão relacionados à infraestrutura. Além disso, recepciona integralmente a Lei 9.491/97, que institui o Programa Nacional de Desestatização (PND), que viabilizou as privatizações da Vale do Rio Doce, Telebras e Eletropaulo. (Veja no quadro as consequências do PND)

Aos jornais, Temer e seus ministros têm dito que “estuda” vender a participação da Eletrobras em 174 Sociedades de Propósito Específico (SPE). Com a venda desses empreendimentos, o governo pretende arrecadar R\$ 20 bilhões.

A usina de Belo Monte é uma dessas SPEs. O custo do projeto para a construção da hidrelétrica, que será a 3ª maior do mundo em termos de geração de energia, foi de aproximadamente R\$ 30 bilhões, dos quais R\$ 3,7 bi serão em programas de compensação e mitigação socioambiental.

Se somarmos a participação da Eletronorte (19,98%), Eletrobras (15%) e Chesf (15%), a parte acionária do Estado brasileiro em Belo Monte chega a quase 50%.



O diretor do STIU-DF, Wandyr de Oliveira, destaca que Belo Monte é uma das principais usinas do sistema e se for vendida deixará de ter faturamento de no mínimo 30 vezes o custo do empreendimento. “Se o governo vender Belo Monte perderá a oportunidade de fazer acontecer, como indutor de riqueza e desenvolvimento econômico e social, uma vez que essa energia traria volumosos recursos para o estado e conseqüentemente para a sociedade e para os trabalhadores e trabalhadoras do sistema Eletrobras”, explica.

Da forma como a MP 727 está redigida, ela permite que a privatização dos empreendimentos seja feita por decreto presidencial. Nesse caso, tanto o Congresso Nacional como a sociedade não teriam direito a qualquer tipo de decisão ou influência em qualquer desestatização de empresas ou SPEs.

A assessora política do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), Alessandra Cardoso, esclarece que as desestatizações serão tratadas em caráter especial por todos os agentes públicos de execução, assim como de controle.

“Em outras palavras, se bradamos outrora, e com razão, contra a elevação de algumas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) à condição de empreendimentos de interesse nacional (acima do interesse público) seremos agora, massacrados, por um novo e mais potente status jurídico, a prioridade nacional”, afirma.

Alessandra explica que as privatizações ficarão a cargo do Conselho do Programa de Parcerias e Investimentos da Presidência da República, que é um órgão de assessoramento imediato de Michel Temer, que terá as mesmas atribuições do Conselho Nacional de Desestatização, criado pela Lei 9.491/97, legislação que embasou as privatizações no governo FHC.

O Conselho será formado pelos ministros da Casa Civil, Fazenda, Planejamento, Portos e Aviação Civil, Meio Ambiente e BNDES. Ele será presidido por Moreira Franco, conhecido por apelidos como “camaleão” e “anjo mal”. De acordo com Alessandra, Moreira Franco é conhecido por licitações. Ela lembra que quando ele foi governador do Rio de Janeiro (1987 a 1991),

enfrentou acusações repetidas de desvios e concorrências fraudulentas”.

O meio ambiente também está em grande risco. Isso porque órgãos como Ibama, Funai, Fundação dos Palmares, IPHAN e ICMBio, que participam do licenciamento trifásico (Licença Prévia, Licença de Instalação, Licença de Operação) terão suas atuações ainda mais limitadas.

Todos esses órgãos já atuam com muitas limitações para evitar que a construção de empreendimentos transgridam as legislações ambientais, indígenas e quilombolas. No entanto, com a MP 727, todos esses órgãos poderão ser convocados pelo governo federal para emitir todas as licenças necessárias para a realização de obras que o Conselho julgar como prioritárias.

Quando o PND entrou em vigor, os objetivos eram “reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades indevidamente exploradas pelo setor público”. Visava ainda reduzir a “dívida pública líquida” e “permitir a retomada de investimentos nas empresas e atividades que vierem a ser transferidas à iniciativa privada”. Nada disso aconteceu.

A Vale, maior empresa de minério do mundo, foi vendida em 1997 por R\$ 3,3 bilhões, quando o valor estimado na época era de R\$ 92 bilhões. Para uma compreensão maior do que foi esse crime, no 2º trimestre de 2015 o lucro líquido da empresa foi de R\$ 5,1 bilhões.

No caso da privatização das telecomunicações, este setor está longe de ser a grande maravilha prometida com a venda das estatais do setor. Na questão tarifária, ao mesmo tempo em que privatizou, o governo criou uma regra tarifária com dois componentes perversos criados para agradar o investidor privado. Uma a indexação maluca calculada pelo IGP-DI e a outra a assinatura básica, cobrada independentemente do uso do telefone. Além disso, os trabalhadores foram praticamente todos demitidos.

VISÃO DO STIU-DF

POLÍTICA: Medidas neoliberais colocam em risco direitos da população

A saída contra retrocessos é a força popular mobilizada

Frente à receita neoliberal de manter cada vez mais distante a elite das classes populares, os movimentos e organizações de esquerda, em toda América Latina, têm que superar as contradições políticas existentes e buscar manter a força popular mobilizada contra as medidas de retrocesso.

A instabilidade política e econômica que vivenciamos não se trata de um fato isolado da conjuntura nacional. O crescimento de movimentos conservadores é um processo que vai além das fronteiras brasileiras. No entanto, o avanço neoliberal representa para o País uma das mais urgentes e preocupantes disputas.

Nos últimos 15 anos vimos um ciclo progressista ganhar forças em parte da América Latina, promovendo o acesso aos bens de consumo e, em menor escala, aos bens sociais. Acontece que, na atualidade, estamos num processo de esgotamento e desestabilização desse modelo reformista.



Argentina, Brasil e Venezuela são exemplos substanciais dessa tentativa de enfraquecimento do governo e das políticas públicas implantadas nesse último período.

Na Argentina, após assumir a presidência do País, Mauricio Macri, lançou uma série de ataques contra a classe trabalhadora, apenas no setor público, de acordo com a Associação de Trabalhadores do

Estado, o número de demitidos ultrapassa 20 mil. Além disso, o governo anunciou um pacote de aumento das tarifas dos serviços, somente nas contas de energia a população vai sentir no bolso um reajuste entre 200% e 600%. A Venezuela enfrenta um acirramento com as potências capitalistas, em especial, a disputa pelo petróleo.

No Brasil, a ofensiva vem por to-

dos os lados, a começar pelo golpe gestado por setores retrógrados do governo para afastar a presidente, Dilma Rousseff, eleita democraticamente. Esse fato é um pequeno embrião de toda articulação para consolidar um novo alinhamento econômico, político e ideológico.

Em resumo, o que se apresenta conforme definição do filósofo Noam Chomsky é um “ataque incansável da minoria próspera aos direitos da multidão inquieta”. Ataque a um projeto de desenvolvimento, a soberania e integração latino-americana com base no retrocesso das políticas públicas de acesso à saúde, educação, ao mercado de trabalho, bem como, o enfraquecimento e dissolução dos direitos da classe trabalhadora.

Frente à receita neoliberal de manter cada vez mais distante a elite das classes populares, os movimentos e organizações de esquerda, em toda América Latina, têm que superar as contradições políticas existentes e buscar manter a força popular mobilizada contra

“ O que se apresenta nesse contexto é o ataque a um projeto de desenvolvimento, soberania e integração latino-americana, com base no retrocesso das políticas públicas de acesso à saúde, educação, ao mercado de trabalho, bem como, o enfraquecimento e dissolução dos direitos da classe trabalhadora. ”

as medidas de retrocesso, que passa pela retirada de direitos dos trabalhadores e a abertura total ao processo de privatização de todos os serviços. Somente com o protagonismo da classe trabalhadora, do movimento estudantil, social e sindical será possível inverter e modificar as relações de força.

OPINIÃO

Por Victor Frota



A Frente Brasil Popular e a Frente Povo sem Medo estão unidas para enfrentar a política de retirada de direitos pelo governo interino, que promove uma escalada agressiva contra conquistas duramente alcançadas, em décadas de luta, pela classe trabalhadora. A retirada de direitos sociais e trabalhistas é uma ameaça factual.

Tanto é que setores do governo, com o apoio da elite econômica, anunciam a intenção de revogar a CLT, eliminando o FGTS, o 13º salário e as férias, acabar com a estabilidade dos funcionários públicos, aumentar a carga horária laboral para 80 horas semanais, aumentar ainda mais a idade e tempo de contribuição para aposentadoria. Além disso, o Congresso Nacional quer votar de imediato o PL

4330, que regulamenta a terceirização irrestrita e ampla bem como, abrir caminho para o controle das empresas aéreas nacionais por companhias estrangeiras e liberar a venda de terras brasileiras para grupos internacionais.

Por conta do discurso da austeridade, o governo fixou teto para gastos da saúde e da educação, mas não para o pagamento de juros, enfim, preparam o terreno para, num segundo momento, liquidarem com os direitos dos aposentados e com a lei do salário mínimo.

O governo embora seja interino acelerou a venda das nossas estatais, quer, a todo custo, abrir o capital das nossas empresas públicas. A Petrobras e a Eletrobras estão listadas como prioridade no rol de privatizações do governo. Há de se destacar que são setores estratégicos para o capital internacional por conta da alta geração de lucro.

Para acelerar o processo de desestatização, o executivo editou algumas medidas, entre elas

destacam-se as MPs 727/16 e a MP 735/16, que tem por objetivo reduzir, ainda mais, o papel do estado pautado no desmonte da soberania nacional. Lembrando que a privatização somente beneficia o grupo que adquire a estatal.

“ Com pouco mais de dois meses no comando, o atual governo já arranhou o prestígio de nossa política externa ativa, sinalizando para a humilhante submissão do alinhamento com as grandes potências. As primeiras ações do governo interino impõem a todos nós a tarefa de resistência. ”

Para a classe trabalhadora, a privatização significa desemprego, redução na qualidade e aumento das tarifas dos serviços prestados, terceirização, redução de direitos em ACT, fim dos concursos públicos com, conseqüente, déficit no quadro próprio de trabalhadores das empresas e precarização das

relações de trabalho.

Ainda nesse contexto de retrocessos, para enfraquecer e sucatear as empresas públicas, foi aprovado no Congresso o Projeto de Lei 4918/2016, conhecido como estatuto das estatais, que libera a venda dos ativos das empresas para o capital privado. Há ainda o PL 131, que acaba com a participação da Petrobras como operadora única do Pré-Sal, tendo o relatório aprovado pela Comissão Especial da Petrobras e Exploração do Pré-Sal. O texto agora vai direto ao Plenário da Câmara.

Com pouco mais de dois meses no comando, o atual governo já arranhou o prestígio de nossa política externa ativa, sinalizando para a humilhante submissão do alinhamento com as grandes potências. As primeiras ações do governo interino impõem a todos nós a tarefa de resistência. Com a força das mobilizações, com a luta contra a revogação de direitos e pelo respeito à soberania do voto popular. As entidades do cam-

po democrático que integram a Frente Brasil Popular, têm lutado sob a bandeira de luta: “Nenhum Direito a Menos”. E pretendem prosseguir neste combate, em conjunto com a Frente Povo sem Medo e com todos e todas, do campo e da cidade, empenhados em derrotar os golpistas e construir um País livre, justo, inclusivo, soberano, sem qualquer tipo de discriminação e preconceito.

Diante de diferentes alternativas apresentadas em torno de uma saída política para o País, que inclui a realização de eleições gerais, além de um plebiscito com foco em uma Constituinte Exclusiva Para Reforma Política, as Frentes, que possuem algumas divergências, sinalizam como mão única a permanente mobilização nas ruas apoiada pelos movimentos sociais, organizações estudantis e entidades sindicais, pois esse enfrentamento é fator decisivo para a reversão da correlação de forças institucional.

* Victor Frota é dirigente sindical do STIU-DF

Nenhum direito a menos

DIREITO

RECURSOS: Entre 2008 e 2014, foram desvinculados quase R\$270 bilhões das contas da previdência.

O desmonte do sistema previdenciário

Para técnico do Dieese, justificar a reforma previdenciária com o argumento de déficit no sistema é um erro. Ele ressalta, ainda, que a conta da seguridade social tem sido altamente superavitária.

Com um modelo de sociedade cada vez mais alinhado às perspectivas de mercado, em um cenário onde está pautado o discurso da austeridade, os direitos da classe trabalhadora tornam-se alvos certos. Cortes, restrições e implantação de reformas neoliberais reforçam cada vez mais a retirada dos direitos dos trabalhadores, as reformas da previdência apontam para esse caminho.

Arelado ao contexto da crise econômica, que tem servido para justificar a continuidade da discussão da reforma previdenciária, existe também todo um mito sobre o déficit no sistema previdenciário.

No entanto, de acordo com o especialista em direito previdenciário e técnico do Dieese, Juliano Musse, a conta da seguridade social tem sido altamente superavitária. “Essa conta foi superavitária em quase R\$



54 bilhões em 2014 e será algo em torno de R\$ 24 bilhões em 2015, segundo a Anfip. Lembrando que a permanecer esse grave quadro recessivo da economia e elevado desemprego, o sistema poderá apresentar um déficit real em 2016”, aponta.

Musse afirma que o que o governo e grande parte da mídia divulgam sobre o déficit nas contas se refere ao cômputo de receitas de benefícios pagos pelo contribuinte versus pagamento de benefícios feito pelo INSS. “É um erro fazer essa conta de maneira isolada. A previdência social faz parte de um grandioso sistema de Segu-

ridade Social, juntamente com saúde e assistência, o correto é inseri-la em um conjunto de receitas e despesas” disse.

O Técnico ressalta ainda que é um equívoco tentar impor qualquer tipo de reforma que sacrifique toda a massa de trabalhadores. “Ao invés de atacar a questão do envelhecimento, do rural, da mulher ou do salário mínimo, deve-se direcionar a pauta para políticas inclusivas, melhoria da renda oriunda do trabalho, redução da rotatividade do mercado formal de trabalho, melhores condições de trabalho, maior fiscalização a fim de evitar sonegações, es-

ses são alguns exemplos dos possíveis remédios, mais eficazes no longo prazo. De imediato, é necessário assegurar o retorno de um crescimento com geração de emprego”, aponta.

Outro problema que atinge o sistema previdenciário é a Desvinculação de Receitas da União (DRU). A DRU permite a retirada de 20% das contribuições da Seguridade Social para o pagamento da dívida pública. Ou seja, a DRU é um dispositivo que comprova a existência de recursos no sistema. Afinal, não é possível desvincular recursos, como faz o governo, de um caixa deficitário. Esse é um dos caminhos para o desmonte do sistema.

“Atualmente não há justificativa coerente para a continuidade da Desvinculação. Mesmo assim, tramita Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que prevê sua prorrogação (inclusive com aumento de alíquota de 20% para 30%) na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), do Senado”, explica Juliano Musse.

O projeto, que é prioridade para o governo interino, já pas-

sou pela Câmara dos Deputados. Com a aprovação da prorrogação da DRU os recursos de contribuições continuarão sendo transformados em recursos fiscais com destinações diferentes a originalmente prevista pela Constituição Federal.

“Embora tenha amparo constitucional, a DRU retira, ano após ano, recursos que deveriam ser canalizados à sociedade em prol de um dinheiro que o governo economiza para pagar juros da dívida. Somente das contas da Seguridade, segundo dados da Anfip e levando-se em consideração o período de 2008 a 2014, foram desvinculados quase R\$270 bilhões. Portanto, dinheiro, pelo visto, tem. Assim, o movimento sindical deve estar, mais do que nunca, empenhado em discutir tecnicamente os passos dessa reforma, colocando em evidência a preservação dos direitos do trabalhador. É preciso que haja uma massificação, mostrar a sociedade o que de fato está acontecendo, bem como os custos e a provável herança do desmonte”, conclui Juliano Musse.

SAÚDE: Categoria conquista plano único para empregados ativos e dependentes legais

Mais uma vitória para categoria da CEB

Atuação do STIU-DF garante permanência no plano de saúde aos aposentados que seriam excluídos em março do próximo ano, devido ao julgamento de ação direta de inconstitucionalidade. Para dirigente sindical, além do novo plano de saúde, a categoria saiu vitoriosa ao garantir a manutenção do pagamento da PLR/2015 para todos os trabalhadores da Companhia.

Após intensas discussões entre o STIU-DF e a direção da CEB, os trabalhadores e trabalhadoras da Companhia aprovaram no mês de maio, em assembleia, proposta da empresa para a implantação de plano de saúde contributivo único para os empregados ativos e seus dependentes legais, em contrapartida, a categoria teve



a quitação dos valores pagos em 2008, 2009 e 2010 referente à Participação nos Lucros e Resultados, objeto de demanda judicial.

Os valores pagos aos eletricitários foram questionados no Tribunal Regional do Trabalho pela Companhia. Em decorrência de decisão judicial a CEB poderia resgatar o valor a partir de futuros pagamentos de PLRs aos trabalhadores.

Diante da possibilidade da co-

brança e a deficiência financeira da CEB para custeio do plano de saúde dos trabalhadores e trabalhadoras, durante dois meses os representantes da categoria e da empresa se debruçaram para buscar uma alternativa viável para os dois lados.

De acordo com o dirigente sindical, Alairton Faria, o STIU-DF buscou aprimorar a proposta apresentada pela empresa para minimizar o impacto financeiro na renda da categoria.

Ele apontou como avanço a extensão para todos os eletricitários o reembolso de 100% (cem por cento) das despesas com medicamentos destinados ao tratamento de doenças crônicas e reembolso para aparelhos corretivos visuais limitado ao valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais). Além disso, serão isentos de co-participação as despesas médico-hospitalares, obedecidas às normas de Saúde da CEB, no caso de dependentes dos empregados que sejam portadores de incapacidade permanente, física ou mental.

Ressalta-se que, até a aprovação da proposta, para os trabalhadores contratados a partir de 2010 havia cláusulas que não os contemplavam.

Faria destaca ainda como vi-

tória da categoria a manutenção do pagamento da PLR/2015 para todos os trabalhadores da Companhia, assim como, a extensão do plano de saúde aos aposentados, que seriam excluídos do em março do próximo ano, devido ao julgamento de ação direta de inconstitucionalidade que impugnou as Leis Distritais 3.010/2002 e 3.199/2003, nas quais garantiam aos aposentados os benefícios do plano de saúde da empresa.

Para dar viabilidade e sustentabilidade ao novo plano de saúde, o STIU-DF e a CEB vão compor comitê paritário para adequar o custeio do plano aos recursos orçamentários, apontando alternativas de racionalização e/ou de contribuição pecuniária, mantendo o piso de 2% (dois por cento) e teto de 10% (dez por cento).

CULTURA

RESISTÊNCIA: Artistas contra retrocessos na cultura

A cultura como ato político

Artistas, intelectuais, produtores e formadores de opinião em defesa da democracia e da cultura ocuparam, em vários estados, prédios públicos para se manifestarem contrários à medida provisória que havia extinguido o Ministério da Cultura.

Por cerca de um mês, a Funaarte em Brasília, foi cenário de resistência. Artistas e voluntários promoveram diversas oficinas de dança e teatro. Além de apresentações circenses e sarau.

Mais que a defesa da manutenção do ministério, o movimento que ficou conhecido como OcupaMinc, em manifesto, destaca que o enfrentamento é permanente, pois não será aceito, pelos artistas e pessoas ligadas à cultura, qualquer retrocesso nas conquistas históricas



que o setor obteve nos últimos anos.

Para o músico, Dillo Araújo, “é a partir da arte e da cultura que as mudanças acontecem e não com os atuais governantes. Assim, não dá para retroceder. A

criação do Ministério da Cultura, no começo dos anos 80, significou muito, principalmente, por conta do processo ditatorial que viveu o país na década de 60”, disse.

O OcupaMinc de Florianópolis,

através de um manifesto, ressaltou que o objetivo dos artistas é “instaurar um ambiente de luta pela ampliação de acesso e desenvolvimento cultural e artístico da sociedade, direitos das mulheres, negros e de toda a comunidade LGBT, direitos dos povos indígenas, legislação e proteção ambiental, manutenção e ampliação dos direitos trabalhistas e programas sociais, assim como, o acesso público e

gratuito à saúde e educação de qualidade”.

Após pressão da classe artística, o presidente interino, Michel Temer, revogou a decisão que extinguiu o Minc. No entanto, para assegurar a efetividade da revogação e ampliar a discussão do papel da cultura como instrumento político e social, o grupo na capital federal decidiu criar o Coletivo OcupArte, nome ainda em discussão.

Sugestão de pauta

Envie sugestão de temas e assuntos que você gostaria de ver em nossas próximas edições. Estamos com um novo canal de comunicação.

WhatsApp: (61) 9144-8075
E-mail: comunicacao@stiu.org.br

VER

Meu amigo Hindu



Hector Babenco

A obra traz Willem Defoe interpretando Diego, um cineasta com câncer terminal tentando realizar um último filme. É uma clara autobiografia do diretor Hector Babenco. O personagem não tem papas na língua e, em algumas ocasiões, deixam as pessoas ao redor completamente constrangidas. A Produção estreou no Brasil em março de 2016 e conta com um elenco de ponta como Maria Fernanda Candido, Selton Melo, Ary Fontoura e a esposa de Babenco, Barbara Paes. Esse foi o último filme realizado por Babenco antes de sua morte.

O QUE VAI PELO BRASIL

■ MARGARIDA ALVES

A líder sindical, Margarida Maria Alves, recebeu a condição de anistiada política post mortem da Comissão de Anistia. Ela foi vítima de um assassinato, em 1983, encomendado por fazendeiros do estado de Alagoas. Acertaram a líder sindical com um tiro, quando ela estava em frente à casa que morava, diante de seus familiares. Sua batalha era por melhores condições para os trabalhadores rurais como jornada de 8 horas, carteira assinada e 13º salário. A camponesa virou símbolo de luta e seu nome inspirou a “Marcha das Margaridas”.

■ FRAUDE

O empresário Laodse Denis de Abreu Duarte e também diretor da Federação das Industrias do estado de São Paulo (Fiesp) está na lista dos grandes devedores da União, sua dívida com os cofres públicos ultrapassa R\$ 6 bilhões. Sua família ajuda a fechar o pacote de inadimplentes, Luiz Lian e Luce Cleo têm dívidas que chegam à R\$ 6,6 bilhões. Os três eram sócios em empresas que fraudavam o governo federal. A Fiesp esteve a frente na maioria das manifestações pró-impeachment.

■ CPI

Eleito recentemente, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, estipulou prazo para o fim da CPI do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). De acordo com o documento assinado, os deputados têm até o dia 12 de agosto para encerrar as atividades. A comissão investiga o favorecimento de empresas pelo Conselho, que julga em última instância cobranças tributárias. Entre as companhias investigadas estão grandes montadoras de veículos, bancos e siderúrgicas.13.005/14, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE).

O QUE VAI PELO MUNDO

■ COLÔMBIA

Um dos conflitos mais antigos da América do Sul pode chegar ao fim. O presidente do País, Juan Manuel Santos, e o líder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc-EP), Rodrigo Londono assinaram tratado de paz em Havana, que contou com a presença dos presidentes Nicolás Maduro (Venezuela), Raul Castro (Cuba) e Michelle Bachelet (Chile). Trata-se de um momento Histórico. Em mais de meio século de conflitos, 220 mil pessoas foram mortas e outras 50 mil desapareceram. O plebiscito para referendar o acordo de paz entre o governo colombiano e as Farc deve ser realizado em setembro.

■ ARGENTINA

As medidas neoliberais do presidente da Argentina, Mauricio Macri, causam sérios impactos negativos, principalmente, entre a população mais pobre da Argentina. Mais de 100 ruas foram fechadas neste mês em Buenos Aires pela organização Barrios de Pie (Bairros de Pé), para exigir do presidente ampliação de políticas públicas e revogação das medidas antipopulares.

■ TURQUIA

Após uma tentativa de golpe militar na Turquia, 265 mortos e 2.839 militares foram presos, o presidente Reep Tayyip Erdogan conseguiu deixar o País sob controle. Uma pequena parcela da tropa esteve envolvida no plano de tomada do poder. O presidente disse que os envolvidos serão punidos severamente. De 2013 para cá, o presidente reprimiu, com brutalidade, manifestantes contrários ao seu governo. Perseguiu e prendeu policiais, procuradores e vários veículos de comunicação.